

Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SGE)

Relatório Mensal de Atividades da SGE

Junho 2026

Ministério Público do Trabalho (MPT)

Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SGE)

Relatório Mensal de Atividades da SGE

Junho | 2026

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (MPT)

Gláucio Araújo de Oliveira

Procurador-Geral do Trabalho

Teresa Cristina D'Almeida Basteiro

Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

Cândice Gabriela Arosio

Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica

EQUIPE SGE

Weslei Gomes de Sousa

Ana Carolina Fernandes Costa

André Luís Souza

Eriádny de Jesus Sena Reis

Lucas Thobias Moraes Costa Campos

Ludmila Nascimento Soares

Simone Cerqueira Dumont

Rodrigo Silveira Xavier

Keila Elias Vitoriano

Ana Beatriz Cattermol Cavalcante



Relatório Mensal de Atividades da SGE

JUNHO | 2026

ESTE RELATÓRIO APRESENTA AS PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E RESULTADOS OBTIDOS PELA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA (SGE) NO MÊS DE JUNHO DE 2026. O DOCUMENTO ESTÁ ESTRUTURADO DE MODO A CONTEMPLAR AS FRENTES DE ATUAÇÃO DA ÁREA. ALGUMAS ATIVIDADES GERENCIAIS INTERNAS, ADMINISTRATIVAS E DE ATUALIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NÃO ESTÃO INCLUÍDAS NESTE DOCUMENTO.

Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SGE)

gestaoestrategica@mpt.mp.br

<https://mpt.mp.br/planejamento-gestao-estrategica/gestao-estrategica>

SUMÁRIO

1. GESTÃO DE INSTRUMENTOS ESTRATÉGICOS
2. GOVERNANÇA (SIGGE)
3. PLANEJAMENTO
4. GESTÃO DE PROCESSOS
5. TRANSPARÊNCIA
6. GESTÃO DA SGE

1. GESTÃO DE INSTRUMENTOS ESTRATÉGICOS

1.1. PLANOS DE AÇÃO DAS COORDENADORIAS TEMÁTICAS NACIONAIS

No mês de junho, foi encaminhado ofício solicitando o envio dos Planos de Ação da Coordenadoria Nacional do Trabalho Portuário e Aquaviário (CONATPA) e da Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho (CONAFRET). No período, foram recebidos os planos encaminhados pela CONATPA.

1.2. GRUPOS DE ATUAÇÃO ESPECIAL TRABALHISTA (GAET)

No âmbito dos Grupos de Atuação Especial Trabalhista, foi publicada a Portaria PGT nº 872/2026, relativa à organização e ao funcionamento dos GAETs.

Também foi encaminhado ofício às Procuradorias Regionais do Trabalho para abertura do prazo de preenchimento dos formulários dos Relatórios Semestrais referentes ao primeiro semestre de 2026. Foram realizadas reuniões com a Coordenadoria Nacional de Promoção da Regularidade do Trabalho na Administração Pública (CONAP) e com a CONAFRET para validação dos respectivos formulários.

Em razão da nova organização dos Ofícios Especiais GAET, foram encaminhados ofícios às Procuradorias Regionais do Trabalho para indicação do segundo projeto regional e às Coordenadorias Temáticas Nacionais para indicação do terceiro projeto nacional a ser executado pelas unidades com mais de um Ofício Especial da mesma área temática.

No período, foi recebida a atualização das diretrizes do projeto Capacitação da Rede de Atendimento às Vítimas de Escravidão Contemporânea. Foi realizada, ainda, reunião com a Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CODEMAT), com o objetivo de alinhar a execução dos projetos nacionais pelos novos Ofícios Especiais GAET.

1.3. PROJETOS ESTRATÉGICOS NACIONAIS

Foi elaborado parecer de encerramento do projeto Fraudes na Saúde.

No período, foram publicadas as seguintes portarias:

- Portaria PGT nº 921/2026, que alterou a gerência do projeto Inclusão Social e Produtiva de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis, da CONAP;
- Portaria PGT nº 924/2026, que instituiu o projeto Núcleo de Inteligência Processual (NIP) – Integração, Inteligência Processual e Atuação Estratégica em Matérias de Controvérsia Jurisprudencial, da Coordenadoria Nacional de Integração do Primeiro e Segundo Graus (COORDINTEGRAÇÃO).

Também foram recebidos os relatórios complementares dos projetos Capacitação da Rede de Atendimento às Vítimas de Escravidão Contemporânea e Empregabilidade LGBTQIAPN+: Políticas Públicas, Empresas e Direitos Humanos.

1.4. GRUPOS DE TRABALHO E GRUPOS DE ESTUDO

Foram analisadas as prorrogações do Grupo de Trabalho “Trabalho Decente na Mineração”, do Grupo de Estudo “Mudanças Climáticas” e do Grupo de Trabalho “Empresas e Direitos Humanos na Perspectiva do Trabalho Decente”.

Foi publicada, ainda, a Portaria PGT nº 901/2026, que instituiu o Grupo de Trabalho “Cadeia de Contratação Pública”.

1.5. PRÊMIO CNMP

A Assessoria acompanhou o processo de inscrição de iniciativas no Prêmio CNMP. O prazo interno para encaminhamento das propostas foi prorrogado até 24 de junho, enquanto o prazo oficial de inscrição permaneceu aberto até 30 de junho de 2026.

Ao todo, foram inscritas oito iniciativas, entre elas, os projetos “CONTRATE! – Mutirão da Aprendizagem Profissional” e “Reverbera: Culturas Afro-brasileiras, Africanas e Indígenas na Escola”.

2. GOVERNANÇA (SIGGE)

2.1. COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA FINALÍSTICA (CGEF)

Em junho, o Conselho Nacional do Ministério Público divulgou nova etapa da ação nacional Sede de Aprender: levantamento nacional destinado a mapear a situação do abastecimento de água e das condições de saneamento das escolas públicas em todo o Brasil. O presidente da Comissão da Infância, Juventude e Educação do CNMP destacou que o projeto vem consolidando um modelo de atuação articulada entre instituições e sociedade. A iniciativa Sede de Aprender foi destacada em reunião anterior do CGEF dentro do escopo de Saúde e Segurança nas Escolas. A iniciativa nacional ainda foi eleita pelo CNMP como atuação prioritária em 2026 ao integrar o Plano Nacional de Atuação Estratégica.

Mais informações sobre a etapa atual do Sede de Aprender podem ser consultadas no [link](#). Dados do tema estão disponíveis em [painel BI](#) do CNMP que pode ser consultado por meio da página da SGE.

2.2. COMITÊ DE AVALIAÇÃO DE RESULTADOS INSTITUCIONAIS (CARI)

Em junho, ocorreu a 1ª Reunião Ordinária do CARI de 2026, sob a presidência da Vice-Procuradora-Geral do Trabalho. Na ocasião, foram deliberadas diretrizes para a aprovação de novos projetos estratégicos dos GAETs e para a revisão das metas, bem como a adequação do indicador IE42 PDL e a proposta de instituição de um novo projeto da CONAETE. Durante a reunião, também foram discutidas e reiteradas solicitações referentes aos grupos e planos de ação das Coordenadorias Temáticas Nacionais.

A pauta e a ata estão disponíveis [na página da SGE – acesso pela rede MPT](#).

3. PLANEJAMENTO

3.1. RELATÓRIOS DE RESULTADOS 2025

Em junho, a Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica elaborou relatórios com os resultados de 2025 dos indicadores estratégicos. A iniciativa teve por objetivo evidenciar, à Alta Administração e aos segmentos da Procuradoria-Geral do Trabalho responsáveis por indicadores estratégicos, a contribuição das Procuradorias Regionais para os resultados observados em 2025. Foram elaborados relatórios para:

- Coordenadoria de Recursos Judiciais (CRJ) sobre o IE26 - Percentual de recursos de revista admitidos, ainda que parcialmente, em cada Tribunal Regional do Trabalho;
- Coordenadoria Nacional de Integração do Primeiro e do Segundo Grau (Coordintegração) sobre o indicador IE30 - Percentual de cumprimento das iniciativas voltadas à integração dos 1º e 2º graus;
- Comitê de Equidade sobre o IE45 - Percentual de execução do plano de ação do Comitê de Equidade.

Além disso, foi encaminhado à Alta Administração caderno impresso com os resultados dos indicadores finalísticos, que abrangem os indicadores de 1 a 24. Tais indicadores medem, para cada tema vinculado às Coordenadorias Temáticas, o percentual de procedimentos arquivados com resolução, o tempo médio para o arquivamento com resolução dos procedimentos e o percentual de metas alcançadas nos Projetos GAETs.

O referido caderno foi encaminhado ao Procurador-Geral do Trabalho, à Corregedoria e à Câmara de Coordenação e Revisão.

3.2. AJUSTE DO INDICADOR DA CRJ

Em junho, a SGE atuou, em conjunto com a Coordenadoria de Recursos Judiciais (CRJ), na adaptação do indicador IE26 - Percentual de recursos de revista admitidos, ainda que parcialmente, em cada Tribunal Regional do Trabalho.

O objetivo é contemplar os recursos de revista decorrentes da atuação interveniente do MPT, conforme proposição da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região. Para tanto, foi elaborado documento de especificação para a inclusão, no painel do MPT Gaia, de estatísticas sobre a atuação como Órgão Agente, como Órgão Interveniente e sobre o total (Órgão Agente + Órgão Interveniente).

O ajuste será demandado à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC), por meio de chamado no Atena, para que o painel do MPT Gaia seja alterado e passe a contemplar as novas medições.

3.3. INDICADOR ESTRATÉGICO DA CCR

A Câmara de Coordenação e Revisão voltou a ter um indicador no Planejamento Estratégico do MPT com a inclusão do IE55 – Número de escutas qualificadas promovidas junto aos povos originários e comunidades tradicionais. Em razão disso, a Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica e a Coordenadora da 4ª Subcâmara de Coordenação e Revisão encaminharam ofício-circular conjunto às Procuradorias Regionais do Trabalho para comunicar a inclusão e informar que a meta do indicador é realizar, anualmente, uma escuta para cada ofício especial destinado a essa temática. O ofício também tratou do monitoramento, informando que os titulares dos ofícios especiais deverão prestar informações sobre o cumprimento da meta diretamente à 4ª Subcâmara da CCR.

3.4. PGUs e RATs

Até junho, 22 das 24 Procuradorias Regionais do Trabalho instituíram o Plano de Gestão da Unidade (PGU) para o biênio 2026–2027, restando pendentes a PRT da 5ª Região e a PRT da 21ª Região. Quanto à Reunião de Acompanhamento Tático (RAT) de 2026, que analisou os resultados de 2025, apenas a PRT da 5ª Região ainda não a havia realizado até o referido mês.

3.5. CONSULTA METAS NACIONAIS 2027 – CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

A SGE participou da consulta pública realizada pelo CSJT sobre metas da Justiça do Trabalho para 2027. O formulário ficou disponível entre 25 de maio e 5 de junho. Segundo aquele Conselho, o objetivo é coletar a percepção do público sobre os temas que devem ser priorizados e aperfeiçoados na Justiça do Trabalho de primeiro e

segundo grau e no Tribunal Superior do Trabalho no próximo ano. O consolidado dos resultados encontra-se disponível no [link](#).

4. GESTÃO DE PROCESSOS

4.1. MAPEAMENTO DE PROCESSOS

✓ FLUXO “GERENCIAR IMPLEMENTAÇÃO E GOVERNANÇA DE SOLUÇÕES DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL”

No mês de junho, foi concluída a iniciativa de modelagem do processo de trabalho **“Gerenciar Implementação e Governança de Soluções de Inteligência Artificial”**, demandada pelo Grupo de Trabalho de Inovação Estratégica, com o objetivo de sistematizar os fluxos relacionados à gestão, governança e operacionalização de iniciativas de Inteligência Artificial no âmbito do Ministério Público do Trabalho.

No decorrer dos trabalhos, foram realizados alinhamentos e reuniões técnicas com os demandantes, além das atividades de levantamento de informações, análise normativa, mapeamento e modelagem dos processos correlatos, com fundamento nas Portarias PGT nº 449/2026 e nº 453/2026. As atividades culminaram na elaboração e consolidação das versões finais dos fluxos de trabalho e dos respectivos relatórios analíticos, contemplando os seguintes processos:

- Gerenciar Implementação e Governança de Soluções de IA;
- Formalizar e Recepcionar Preliminarmente as Propostas de Iniciativas de IA;
- Deliberar quanto à Conveniência Estratégica das Propostas de Iniciativas de IA;
- Promover Instrução Técnica e de Conformidade das Propostas de Iniciativas de IA;
- Executar Iniciativas de IA; e
- Realizar Monitoramento da Solução de IA.

Os artefatos produzidos, incluindo os fluxos de trabalho e os relatórios analíticos, incorporaram as contribuições e deliberações dos diversos atores institucionais envolvidos na iniciativa, proporcionando maior clareza ao escopo dos processos, apoiando a definição de atribuições e responsabilidades e fortalecendo os mecanismos de governança aplicáveis às iniciativas de Inteligência Artificial. Além de contribuir para a mitigação de riscos e para o aprimoramento da eficiência, da transparência e da conformidade na implementação e gestão de soluções de IA, os relatórios analíticos apresentam apontamentos, recomendações e oportunidades de melhoria identificados durante a modelagem,

subsidiando a reflexão e a tomada de decisão pelos setores competentes e apoiando a consolidação de um modelo de governança alinhado às diretrizes estratégicas, operacionais e normativas da Instituição, com foco na adoção de práticas consistentes, sustentáveis e orientadas à geração de valor para o Ministério Público do Trabalho.

O registro formal dessa ação está disponível por meio do PGEA nº 20.02.0001.0002926/2026-44.

✓ INICIATIVA PILOTO DE MAPEAMENTO DE PROCESSOS COM PRTs

No mês de junho, foram recebidas as manifestações das unidades em resposta à consulta sobre a participação dos(as) Assessores(as) de Planejamento e Gestão Estratégica (APGEs) na iniciativa piloto voltada à construção e consolidação de uma dinâmica de trabalho conjunta e colaborativa na área de gestão de processos. A iniciativa tem por objetivo desenvolver um modelo de referência para o processo de trabalho **“Gerenciar pedidos de reversão de bens e recursos decorrentes da atuação finalística do MPT”**, promovendo a padronização, o compartilhamento de conhecimentos e o aperfeiçoamento das práticas institucionais relacionadas ao tema.

Em razão do interesse demonstrado pelas unidades e da oportunidade de utilizar a iniciativa como instrumento de fortalecimento da cultura de gestão de processos no âmbito institucional, a Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SGE) decidiu ampliar o escopo inicialmente previsto e conduzir os trabalhos com a participação de todas as Procuradorias Regionais do Trabalho que manifestaram interesse. Dessa forma, foi dispensada a realização do processo seletivo anteriormente planejado, possibilitando uma participação mais abrangente e representativa das unidades regionais.

A decisão busca potencializar o intercâmbio de experiências, o compartilhamento de boas práticas e o desenvolvimento de competências relacionadas à modelagem de processos, ampliando a capacidade das unidades de aplicar e disseminar essa metodologia em seus respectivos contextos organizacionais. Nesse sentido, a proposta de trabalho será ajustada para contemplar todos(as) os(as) interessados(as), favorecendo a construção colaborativa do modelo de referência e o fortalecimento da atuação integrada entre as unidades.

Como próximo passo, a Assessoria em Gestão de Processos estabelecerá contato com os(as) APGEs indicados(as) para o planejamento e alinhamento das atividades, cujo início está previsto para o mês de setembro de 2026. Com vistas à preparação dos trabalhos, foi agendada reunião com os(as) participantes, oportunidade em que serão apresentados os objetivos da iniciativa, a metodologia a ser adotada e as diretrizes gerais para a execução das atividades.

O registro formal dessa ação está disponível por meio do PGEA nº 20.02.0001.0003820/2026-59.

✓ **MAPEAMENTO CRJ**

No mês de junho, tiveram continuidade as atividades de mapeamento de processos no âmbito da Coordenadoria de Recursos Judiciais (CRJ), com foco no levantamento de informações e na modelagem dos processos de trabalho “Gerenciar intimações no âmbito da CRJ”, “Gerenciar substituições de Membras e Membros no âmbito da CRJ” e “Gerenciar plantões de Membras e Membros no âmbito da CRJ”.

No período, foram realizadas reuniões de levantamento e validação de informações, abrangendo a identificação das atividades executadas, responsabilidades, sistemas utilizados, interações com outras unidades, bem como dificuldades operacionais e oportunidades de melhoria. Com base nas informações coletadas, a Assessoria em Gestão de Processos elaborou as primeiras versões dos fluxos de trabalho e conduziu reuniões de revisão conjunta com a equipe da CRJ, promovendo ajustes para melhor representação da realidade operacional e validação do entendimento sobre o funcionamento dos processos.

A Assessoria em Gestão de Processos dará continuidade ao refinamento dos fluxos mapeados e à consolidação dos gargalos e oportunidades de melhoria identificados, com vistas à posterior validação junto à equipe da CRJ e ao prosseguimento das ações de aperfeiçoamento dos processos.

O registro formal da ação consta no PGEA nº 20.02.0001.0004421/2026-31.

4.2. MATRIZ DE ANÁLISE DE CRITÉRIOS PARA AUTOMAÇÃO E IA

No mês de junho, foi dada continuidade à iniciativa de desenvolvimento da Matriz de Análise de Critérios para Automação e Desenvolvimento de Iniciativa de Inteligência Artificial (IA), instrumento metodológico complementar à gestão de processos destinado à avaliação do potencial de automatização e da viabilidade de aplicação de soluções de Inteligência Artificial nos processos institucionais.

No período, a minuta foi submetida à análise do Secretário Executivo da SGE, que realizou a revisão técnica do instrumento e apresentou sugestões de aperfeiçoamento, especialmente relacionadas aos critérios de avaliação, à ponderação dos pesos atribuídos aos indicadores e à metodologia de cálculo utilizada para mensuração dos resultados.

Em razão dos apontamentos realizados, a Assessoria em Gestão de Processos promoverá as atualizações e adequações necessárias, contemplando os ajustes nos pesos, parâmetros e fórmulas de cálculo sugeridos durante o processo de revisão. Após a incorporação das melhorias e a validação da versão revisada, o instrumento será disponibilizado para utilização nas futuras ações de mapeamento e análise de processos, contribuindo para a identificação estruturada de oportunidades de

transformação digital, automação e uso da Inteligência Artificial nos processos institucionais.

5. TRANSPARÊNCIA

5.1. MONITORAMENTO

Foi encaminhado relatório às Procuradorias Regionais do Trabalho com o detalhamento das pendências de publicação no Portal da Transparência do MPT, referentes a fevereiro e maio de 2026. O ofício orienta sobre prazos, regularização das pendências e uso de modelos padronizados, além de reforçar a importância do registro correto de informações e do monitoramento contínuo.

6. GESTÃO DA SGE

4.3. COMISSÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CNMP – PEDIDO DE ADESÃO FORMAL AO MAPA NACIONAL

A pedido da Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP, a SGE analisou o pedido de adesão formal ao mapa nacional do Planejamento Estratégico do CNMP. Concluiu-se pela não conveniência da adesão formal no presente momento em razão das especificidades da nossa atuação trabalhista e da plena vigência do Mapa Estratégico próprio, já consolidado para o ciclo 2023–2030. O instrumento interno do MPT, que tem como visão consolidar a instituição como promotora do trabalho digno, já possui sistemática de desdobramento e monitoramento implementada em todas as unidades regionais. Restou assegurado que o Ministério Público do Trabalho permanecerá garantindo plena observância das diretrizes do PEN nacional e contribuindo, ativamente, para a sua implementação via Radar Estratégico. PGEA nº 20.02.0001.0005055/2026-82.

4.4. PESQUISA MPRO – LEVANTAMENTO NACIONAL DE UNIDADES DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Em resposta à Coordenadoria de Planejamento e Gestão (COPLAN) do Ministério Público do Estado de Rondônia, a SGE assessorou o Gabinete do Procurador-Geral do Trabalho quanto à pesquisa sobre estrutura de pessoal, atribuições de segmentos e vinculação organizacional da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica da PGT. Em resposta,

o MPRO destacou a colaboração e a contribuição prestada, que será fundamental para a elaboração do estudo técnico comparativo e para o fortalecimento do intercâmbio de experiências e boas práticas entre os Ministérios Públicos brasileiros. PGEA nº 20.02.0001.0005269/2026-27.

4.5. PAINÉIS POWER BI

No mês de junho, foram realizadas melhorias na organização dos painéis institucionais disponibilizados na página da Gestão Estratégica. Foi criada nova subpágina destinada a reunir os links dos painéis do CNMP, facilitando o acesso e a consulta pelos usuários. Além disso, foram realizados ajustes na ordem de exibição dos cards da página de painéis, aprimorando a organização e a localização das informações. As melhorias contribuem para a padronização e para o aprimoramento da experiência de navegação no acesso aos painéis institucionais.

4.6. MELHORIAS NO SITE DA SGE

No mês de junho, foi dada continuidade ao aprimoramento do site da SGE, com foco na modernização visual e na responsividade das páginas. Foram desenvolvidos novos cards, com design mais atual e limpo, para as principais páginas do site da Gestão Estratégica, contribuindo para uma navegação mais intuitiva e para o fortalecimento da identidade visual da área.

Também foi realizado ajuste de grid e de quebra de layout (inline break), a fim de tornar as páginas responsivas para desktop, tablet e celular. Os ajustes contemplaram as seguintes páginas: Planejamento e Desempenho; Atuação Temática; Governança – SIGGE; Gestão de Projetos; Gestão de Processos; Normas, Políticas e Publicações; Sistemas e Painéis; Capacitação, Eventos e Reuniões; e SGE/APGEs.

As atualizações realizadas contribuem para a padronização visual, a melhoria da experiência de navegação e a manutenção da atualidade e da organização das informações disponibilizadas na página da Gestão Estratégica.

4.7. ATUALIZAÇÕES DO SITE

No mês de junho, foram implementadas as seguintes atualizações no site da SGE:

- **Planejamento e Monitoramento:**
 - Atualização da PGU PRT 13;
 - Atualização do Monitoramento e Plano de Ação do Comitê de Equidade;
 - Atualização do Monitoramento da SRI;
 - Atualização do IE22 e do IE30;

- Atualização do Plano de Ação e Monitoramento da SCIT;
- Atualização da Apresentação da RAE;
- Atualização da ficha do indicador IE56.

- **Atuação temática – Coordenadorias Nacionais**
 - Atualização do calendário de reuniões das Coordenadorias Nacionais

- **Governança – SIGGE**
 - Atualização da Certidão do CARI

- **Gestão de Processos**
 - Atualização dos arquivos e tópicos em normas, orientações e modelos de processos

- **Normas, políticas, publicações e transparência**
 - Atualização do Gráfico da Transparência